

# A CIDADE IMPRESSA: O COTIDIANO DE FORTALEZA NA IMPRENSA (1968-1970)

Vânia Lúcia da Silva Lopes\*

## RESUMO:

*No final da década de 1960 e início da década de 1970, a cidade de Fortaleza experimentou algumas alterações em sua fisionomia. Na imprensa local as mudanças eram anunciadas sob o epíteto de “humanização” ou modernização, sendo que algumas práticas cotidianas nos espaços públicos eram postas em evidência para ressaltar os obstáculos que representavam ao embelezamento da cidade. Encarnadas na introdução de novos equipamentos urbanos, em locais específicos da cidade, as intervenções do período colocaram em cena uma rede de conflitos envolvendo os usos dos espaços. Este artigo analisa tais conflitos sociais, sobretudo aqueles que envolveram trabalhadores ambulantes, para desvendar as vivências urbanas e outras possibilidades de enfrentamento às formas de gerir a cidade num contexto de ditadura militar.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Fortaleza. Trabalho. Urbanização.

## INTRODUÇÃO

No final da década de 1960, a ditadura militar colocava em pauta o AI-5 (Ato Institucional nº 5). Em meio a contestações políticas e questionamentos das esquerdas encontramos outras formas de lidar com os desafios impostos pelo acentuado autoritarismo e a chamada modernização conservadora do período.

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ruadasflores\_1@hotmail.com.

Em março de 1968, um vespertino de Fortaleza fazia referência à ação do “rapa”, ou seja, de funcionários da prefeitura encarregados de promover a vigilância do comércio ambulante no centro da cidade. Segundo o jornal, tratava-se de uma verdadeira limpeza:

Isso tem determinado uma “limpeza” no setor, enquanto as calçadas ficam livres para o trânsito de pessoas, principalmente nos momentos de “rush”, e as aglomerações são evitadas, não havendo os problemas tão comuns de uma capital que ganha dimensões maiores.<sup>1</sup>

A preocupação “com o trânsito das pessoas” e as possíveis aglomerações nas vias públicas da cidade não é uma novidade do período. Em referência aos propósitos modernizadores dos anos de 1930 e 1940 na cidade de Fortaleza, Silva Filho (2002) chama a atenção para os problemas ocasionados pela insuficiência dos equipamentos urbanos disponíveis devido ao aumento populacional. De acordo com este autor, o descompasso era mediado pela problemática dos usos das calçadas, que passavam a ser concebidas como suportes de circulação:

A dimensão unifuncional das calçadas, ou seja, sua utilização exclusiva como espaço de circulação ininterrupta, como pura e simples via de passagem, é salientada pela asserção de que foram feitas para os transeuntes, e não para servir de suporte ao repouso e à fixidez. O corpo estático não tem mais lugar nesse equipamento urbano, tacitamente reservado à fluidez do movimento (SILVA FILHO, 2002, p. 72)

Sob este ângulo, as práticas de sociabilidade entremeadas pelas conversas e cadeiras nas calçadas se tornavam incompatíveis com o uso funcional das vias públicas, uma vez que a rua ia sendo reservada aos veículos, e a calçada aos pedestres. Nessa medida, observa Silva Filho, restaria aos habitantes o “confinamento privado”.

Em meio à expectativa de “circulação ininterrupta” do período, acrescentava-se a perseguição aos vendedores ambulantes, que representavam “coágulos na vital circulação de pedestres”. De acordo com as observações de Silva Filho, nas décadas de 1930 e 1940 tais perspectivas já se colocavam, sendo emblemática a reforma da Praça do Ferreira, iniciada em 1941, que não incluiu o aumento da largura das calçadas.

<sup>1</sup> *Tribuna do Ceará*, 08 de março de 1968.

A preocupação com a circulação ininterrupta e o uso funcional das ruas se estendeu aos períodos posteriores, como se observa no trecho do jornal citado anteriormente, e, no período da ditadura militar, ganhou dimensões bastante peculiares.

Neste artigo a análise das vivências urbanas nos espaços públicos de Fortaleza, nos anos da ditadura militar, tem por finalidade apreender os sentidos das ruas em suas interconexões com a estrutura espacial em seu contexto mais amplo. Nesse sentido, são significativas as sugestões de Meyer (1993) para compreender a rua sem recortá-la de um universo mais complexo de possíveis articulações:

entender as relações mais abrangentes que possui com as glebas que atravessa, as atividades urbanas que congrega, os dispositivos legais que a controlam, as representações simbólicas que a evocam, e uma infinidade de outros aspectos ditados pela especificidade da rua ou cidade que estamos analisando.

Por esse viés, a rua, a praça e seus contornos espaciais apresentam-se como objetos cuja abordagem possibilita desvendar as tramas sociais que envolvem a cidade de Fortaleza em tempos de ditadura militar. Para tanto recorreremos aos jornais do período que, ao mesmo tempo em que procuram dar visibilidade aos poderes públicos em suas práticas de embelezamento e modernização da cidade, fornecem pistas sobre as experiências que mediam os usos dos espaços, muitas vezes evidenciadas sob a forma de desvio e transgressão.

## **A PRAÇA E A CIDADE**

No final da década de 1960, a expectativa de desobstrução dos espaços públicos, para favorecer a circulação dos pedestres no centro de Fortaleza, deu margem a uma rede de conflitos que colocava em tela as formas de convívio com a rua:

Dentro de 10 dias “o rapa” da Prefeitura Municipal vai entrar novamente em ação para afastar todos os vendedores ambulantes que comerciam, nas ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha, no trecho compreendido entre as praças do Ferreira e José de Alencar. O prefeito Milton Pinheiro, hoje pela manhã, autorizou ao secretário de Urbanismo a adotar as providências cabíveis no sentido de desobstruir aquelas ruas dos vendedores ambulantes que nelas se instalam, impedindo o tráfego de pedestres.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> *Correio do Ceará*, 01 setembro de 1968.

O lugar do pedestre nas vias públicas tem conotações ambíguas. No período em questão, uma ampla reforma da Praça do Ferreira manteve exíguo o espaço para os pedestres. Para realizar a reforma, o prefeito José Walter Cavalcante solicitou ajuda da Escola de Arquitetura. Segundo Castro (1991), em face das circunstâncias, os arquitetos apostaram na perspectiva otimista de que a colaboração com o projeto da Praça do Ferreira “poderia abrir caminhos para estudos mutuamente correlacionados com interesses gerais da cidade e do ensino de arquitetura”. Os arquitetos a princípio foram confrontados com a problemática do espaço para circulação quando optaram por fazer uma consulta aos freqüentadores da Praça:

Na pesquisa efetuada entre os freqüentadores da Praça, a maioria dos entrevistados desejava a implantação de uma fonte luminosa, bem como solicitava a retirada dos automóveis, por inviabilizarem o uso franco dos espaços. De seu lado, os intelectuais pediam um monumento ao Ferreira. Curiosamente, ninguém clamava contra a demolição da Coluna da Hora, talvez por estarem todos anestesiados pela sua recente eliminação, ou porque, possuindo a cidade ainda tantos testemunhos físicos do seu passado, a destruição de um deles não causava tanta celeuma, como ocorre agora (CASTRO, 1991, p. 66).

Em meio aos estudos pelos quais os arquitetos tentavam encontrar as soluções viáveis para a execução da reforma da Praça, o prefeito José Walter se antecipou e mandou destruir o que ainda restava do antigo formato do logradouro:

Nessa altura, fosse a fim de não mais poder recuar, fosse para dar idéia de que as obras iriam começar, mandou destruir o remanescente da praça, transformando-a num montão de restos de demolição. Essa decisão marcou o início de preocupações desagradáveis para a Escola, renunciando a deterioração dos entendimentos (CASTRO, 1991, p. 67).

Esta questão alimentou tensões entre os profissionais da Escola de Arquitetura e o Prefeito José Walter. A partir da polêmica do sistema de circulação de veículos, professores e alunos da Escola de Arquitetura resolveram romper com o projeto, desvencilhando-se dos trabalhos até então realizados.

O impasse se deu na medida em que os arquitetos questionavam a lógica do fluxo de pedestres na Praça do Ferreira. Considerando-se as proporções geométricas do logradouro, de tamanho relativamente pequeno, segundo Castro

(1991), os estudantes haviam sugerido a inclusão de um “vasto calçadão” e os veículos passariam a circular pelas vias Norte e Sul da praça, “eliminando-se o tráfego parasitário que tanto perturbava a população”. Com a execução da reforma, a escola de arquitetura saiu de cena e os automóveis tiveram prioridade em detrimento dos pedestres.

Nesse quadro se inscreve a trama das formas de convívio com a rua e com a Praça. No contorno da Praça localizavam-se as ruas mais movimentadas do centro de Fortaleza. O comércio ambulante dava contornos à paisagem urbana.

O traçado da Praça do Ferreira estabelecido com a reforma contradiz o discurso em defesa da circulação de pedestre no centro de Fortaleza. Se a preocupação central foi com o espaço destinado à circulação, como se explica a sua ausência na nova configuração?

Ampliação dos espaços também poderia significar maiores possibilidades de concentração e, por extensão, a ampliação das redes de sociabilidade nas vias públicas. Considerando o que ocorreu com a Praça do Ferreira, onde os bate-papos e os encontros sofreram interferência incisiva, fica evidente que as intervenções urbanas do período visavam justamente o contrário.

De acordo com Juarez Leitão (2002), “os convescotes do anoitecer nos bancos” são referidos por boa parte dos cronistas, e “funcionavam como uma espécie de parlamento, talvez com importância maior do que a Câmara Municipal”. Lembra-nos este autor, que “o costume de se constituir grupos de amigos nos bancos da Praça data de 1918. Antes, os convescotes se davam no Passeio Público”.

Neste sentido, a reforma da Praça do Ferreira, ocorrida no final dos anos de 1960, além de alterar a paisagem urbana, interferiu decisivamente nas formas de convívio com o lugar. Em uma crônica sobre a praça, esse traço é posto em relevo:

Alencar fez uma pausa enquanto puxava uma baforada do cigarro. – E os demais? – voltamos a insistir. – Bem, os outros andam soltos por aí, escapando como podem. Aqui é que eles não botam os pés, pois seria uma temeridade se o fizessem. Estariam se entregando à polícia. – Como assim? – voltamos a insistir. – Ora, companheiro, só em estarmos aqui já estamos nos arriscando. Saiba você que tanto antes como depois da transformação da Praça isto aqui tornou-se um lugar perigoso. Os papeadores passaram a ser considerados como subversivos, ora como vadios, presos e espancados pela polícia. À noite fica tudo escuro como o breu. Deixam de acender as luzes e a escuridão é de meter medo.

Alencar despediu-se. Estávamos em um domingo de céu limpo e muito sol. Mesmo assim o local permanecia deserto (GALENO, 1991, p. 10).

Novos formatos, novos usos? Quem sabe... A Praça do Ferreira também se inscreve nas tramas sociais e políticas da cidade e, no período da ditadura, as experiências articuladas à convergência de pessoas naquele logradouro guardam algumas particularidades que precisam ser examinadas.

Nos anos de 1960, os estudantes universitários movimentavam o cotidiano da cidade com um evento de grande envergadura que culminava com significativa concentração de pessoas na Praça do Ferreira: a passeata dos bichos. Em meio às festividades e “exibição” dos recém-ingressos na universidade, inúmeros adereços eram acrescentados a fim de multiplicar os efeitos da impressão junto ao público: blocos de estudantes organizados por curso com a presença das rainhas, carros enfeitados para dar um tom humorístico, cartazes de protestos indicando uma apropriação dos festejos como espaço de reivindicação e projeção de utopias. As sátiras e músicas carnavalescas conferiam novas tonalidades às vias públicas, atraindo milhares de pessoas que buscavam lugar entre uma calçada e outra para apreciar o espetáculo proporcionado pelos estudantes.

Tratava-se de uma manifestação estudantil que ganhava as ruas do centro de Fortaleza para apresentar à população os recém-aprovados no vestibular. A criatividade dos estudantes na maneira de conduzir a passeata, pelas ruas da cidade, contribuía para o que Maia Júnior (2002) chama de “carnavalização do evento”.

Este artifício ampliava o poder simbólico do rito de apresentação dos novos universitários à cidade na medida em que a dimensão festiva exercia forte atrativo entre os habitantes que, em períodos específicos, iam ao encontro do evento. Entre os corpos em movimento, outras nuances faziam-se presentes: os cartazes, que levavam ao grande público as utopias estudantis, as expectativas diante da universidade e da conjuntura política.

Este último aspecto evidenciado no evento assume grande relevância, pois permite apreender as múltiplas vivências na cidade num contexto de ditadura militar. Nesse sentido, percebemos a passeata enquanto um veículo de publicização de experiências construídas num ambiente diverso, mas não em separado da cidade: a universidade. Estas festividades, que culminavam com

a concentração dos estudantes na Praça do Ferreira, indicam a diversidade do convívio com a praça.

É possível que a reforma da Praça tenha se constituído num instrumento eficaz para pôr fim a estas mobilizações que faziam parte de uma experiência encarnada na força de uma tradição. A última passeata ocorreu em junho de 1968, ou seja, no período de intensificação do autoritarismo, no ano em que entrou em vigor o AI-5. Outro aspecto que deve ser considerado é o período em que o evento ocorreu, já que o mesmo realizava-se tradicionalmente no início do ano.

Nos anos que antecederam o AI-5 as autoridades procuravam cercar a organização do evento, principalmente em sua dimensão de expressão política, “com uma constante vigilância”, a fim de impedir a infiltração da subversão no território da tradição. Nessa medida, os estudantes deveriam negociar com o Exército a autorização para a realização do evento. A última passeata realizada em 1968 se inscreveu numa atmosfera de muitas tensões, não só a nível local, mas no Brasil como um todo:

Ela foi um espaço essencial no sentido do protesto, em um momento da vivência de possibilidades de oposição ao regime até então não vistas. Afinal, marcada para o dia 8 de junho (uma data já bem atrasada em relação às outras) ela acontece depois da repercussão da morte de Edson Luís, após a eclosão de inúmeras manifestações de protesto em todo o país, com uma série de experiências de politização nas ruas não só em Fortaleza como em outras cidades (MAIA JÚNIOR, 2002, p. 177).

Desencorajar os estudantes de realizá-la seria a melhor forma de fazê-la desaparecer? A demolição do espaço para onde os estudantes convergiam, no percurso da passeata, talvez fosse o melhor caminho para impedir a concentração de pessoas e remover os riscos dos indesejáveis “ajuntamentos populares”.

## **O ESPAÇO COMO MUNDO DO TRABALHO**

A reforma da Praça do Ferreira não se deu de forma isolada. No período em que se inserem os nossos estudos, a retirada das feiras livres do perímetro central era anunciada como parte integrante da remodelação da cidade:

Dentro de mais alguns dias todas as feiras livres de Fortaleza estarão funcionando na periferia da cidade, foi o que nos informou

ontem o Secretário Municipal de Abastecimento, coronel Ednard Weyne. Na oportunidade adiantou que no local onde funcionou a feira livre de Gentilândia, a Prefeitura Municipal deverá construir moderna praça.<sup>3</sup>

A intenção era propiciar aos habitantes outra experiência visual com a modificação do local onde funcionava a feira da Gentilândia. Esse quadro também contribuiu para alterar o convívio dos trabalhadores feirantes com a feira.

A transferência das feiras livres, no período, era anunciada como “uma tendência”, ou seja, uma prática a ser estendida às várias feiras instaladas pela cidade:

Sabe-se, entretentes, que a tendência da municipalidade é estabelecer a transferência de quase todas as feiras posto que uma das determinações do regimento interno da Secretaria estabelece o deslocamento de todas as feiras que estejam localizadas num raio de, pelo menos, dois quilômetros de distância dos mercados públicos. Sabe-se que a feira livre é uma desleal concorrente do mercado, uma vez que a primeira não paga imposto, ao contrário do mercado que o faz obrigatoriamente.<sup>4</sup>

O não pagamento de impostos, mencionado acima, se manteve presente no período como resultado da atuação dos feirantes em períodos anteriores. No caso específico das feiras, é interessante observar que, no discurso que se refere ao seu remanejamento do perímetro central, não há um argumento em defesa da sua eliminação, como ocorre com o chamado “comércio persa”, expressão bastante utilizada no período para designar o comércio de rua praticado pelos trabalhadores ambulantes. Essa questão sinaliza uma particularidade da feira livre e sua inserção na cidade.

Um artigo publicado no jornal **Correio do Ceará** nos fornece algumas pistas para entendermos essa questão:

As senhoras que têm marido com automóvel gostam de ir à feira-livre, metidas em calças compridas. Fazer compras assim, aos sábados ou domingos, é agradável e, ao mesmo tempo, um exibicionismo. Lenço amarrado na cabeça, nádegas apertadas no traje masculino, as mulheres mais arranjadas vão queimando o dinheiro despreocupadamente, sem atentar na desonestidade dos barraqueiros, quer no preço, quer no peso. Essas são as donas de casa ricas ou semi-ricas. Mas as feiras-livres não

<sup>3</sup> **Tribuna do Ceará**, 08 de setembro de 1969.

<sup>4</sup> **O Povo**, 10 de janeiro de 1969.

funcionam propriamente para as pessoas abastadas. Elas foram criadas, na melhor das intenções, para ajudar as classes menos favorecidas (os pobres e os quase pobres).<sup>5</sup>

Como podemos observar, o ato de fazer compras envolvia outras práticas que remetem às relações dos consumidores com o espaço da feira. O contato com os produtos a céu aberto provavelmente alimentava relações de outra ordem, quando entravam em cena as experiências sensoriais. Não só as camadas pobres, que a princípio seriam o público destinado para a feira, mas os setores mais abastados da cidade também recorriam às feiras.

A polêmica da retirada da feira livre da Praça da Gentilândia se estendeu à Câmara Municipal de Fortaleza e ganhou espaço nos jornais da cidade. Em setembro de 1969, a Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza tornou público o descontentamento dos feirantes com a transferência da feira da Gentilândia para outro local, em decorrência da reforma da praça. O conjunto de argumentos tomava a forma de um manifesto que reproduzimos a seguir:

Do Presidente da Associação Beneficente dos Feirantes ao redator do Povo Reclama. A entidade que congrega os feirantes de Fortaleza, por seus diretores, infra-firmados, vem solicitar a adesão de V. Sa. à campanha encetada por vários setores da vida fortalezense, inclusive por esta entidade, e que contou com o integral apoio da Egrégia Câmara Municipal de Fortaleza, no sentido de fazer retornar a feira livre da Gentilândia ao local anteriormente determinado pela Secretaria Municipal de Fomento e Abastecimento. O órgão legislativo do Município, tendo em vista requerimento do vereador Haroldo Jorge Vieira de n. 61869, aprovou por unanimidade, moção dirigida ao Sr. Prefeito Municipal e referente ao atendimento dos legítimos anseios, tanto dos habitantes de Gentilândia, quanto dos feirantes, face a absoluta falta de condições mínimas para o funcionamento de uma feira livre no local onde atualmente se encontra instalada a aludida feira, pela situação de insalubridade ali existente (no local existia anteriormente, depósito de lixo, e areia fofa e cheia de miasma, produz quantidade de poeira que afeta a saúde de feirantes e compradores). A permanência da feira livre naquele local é insustentável, diante das razões forçosas acima apontadas, como reconhecerá a V.S., que sempre tem demonstrado ser profundo conhecedor dos problemas desta cidade, pelo que, sentem os signatários do presente apelo ser indispensável o seu apoio nesta campanha por todos os títulos justa, para que o órgão próprio venha a reconhecer a necessidade imediata do atendimento da reivindicação pois, é das grandes personalidades reconhecer quando uma medida não pode ser levada avante e, deverá, então ser reformada face ao predomínio do interesse social. Persistir em uma medida que não vem

<sup>5</sup> *Correio do Ceará*, 21 de dezembro de 1967.

dando bons resultados, pelos prejuízos que vêm causando, mormente de ordem sanitária, não é justo, nem lógico, nem é humano. O que nesta oportunidade será devidamente considerado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo operoso Secretário de Fomento e Abastecimento, os quais incumbem a solução do presente. Certos, os signatários de que contarão V. S. entre os paladinos desta digna causa, subscrevem o presente memorial. Atenciosamente.<sup>6</sup>

Este quadro permite perceber o que ocorreu com outros logradouros tradicionalmente freqüentados pelos habitantes da capital alencarina. Situá-lo num contexto de intervenção urbana específico é o caminho que leva ao encontro dos significados dos propósitos do regime autoritário da ditadura militar. Tudo indica que as intervenções nos logradouros públicos estavam associadas às expectativas de evitar as possíveis aglomerações no centro da cidade. Nesse sentido, o mesmo se converteria em lugar de passagem, destinado a relações desprovidas de sociabilidades:

Qualquer casa de diversão – teatro, bares, cabarés, boite e restaurante – só poderão funcionar em locais distantes 200 metros no mínimo de quartéis, bancos e templos religiosos. [...] A adoção dessa providência a ser regulamentada em decreto, afastará, sem dúvida alguma, todas as boites, cabarés e restaurantes situados no perímetro central da cidade. A retirada, como o problema tem conotações sociais, será feita por etapa, acreditando as autoridades que poderão localizar, principalmente as boites e cabarés, no bairro do farol que já se converteu em ponto de aglomeração de prostitutas e casas dessa natureza.<sup>7</sup>

A tentativa de controle sobre a vida noturna indica a imposição de fronteiras a separar os “contatos humanos”. Por este processo é possível perceber como os espaços de sociabilidade iam se tornando cada vez mais suprimidos. Em contrapartida a esta lógica, os trabalhadores ambulantes, ao ganharem as ruas, convertiam-nas em espaços de vendas, preenchendo-os com suas mercadorias. Por esta via improvisavam outras formas de sociabilidade.

Na Rua Guilherme Rocha, também conhecida como do Ouvidor, no trecho compreendido entre as ruas Major Facundo e a General Sampaio, encontrava-se uma tradicional venda e troca de revistas, livros e discos, efetuadas por garotos rapazolas e adultos. À noite os batentes das casas

<sup>6</sup> *Tribuna do Ceará*, 09 de setembro de 1969.

<sup>7</sup> *Correio do Ceará*, 19 de setembro de 1969.

comerciais eram apropriados como mostruários por esses indivíduos, cuja prática de comércio alimentava uma verdadeira rede de articulação entre os consumidores desses artigos:

Profissionais liberais, intelectuais, estudantes, enfim quase todos os fortalezenses trocam ou compram naquele local, livros revistas e discos [...]. Ninguém se acanha em permanecer de cócoras 5, 10 ou mais minutos desfolhando alguma obra de Eça de Queiroz. Também os amantes da música perdem seu tempo ouvindo velhas gravações, as quais são adquiridas a preços dos mais baixos, sendo que às vezes são realizadas permutas entre os interessados. Tudo é encontrado com preço a menos de cinqüenta por cento, sobre o valor, quer dos discos, revistas ou livros.<sup>8</sup>

Esse espaço improvisado pelo comércio informal atraía um conjunto de pessoas que recorriam ao local para suprir as necessidades possibilitadas pelas suas particularidades: “Os discófilos, quando não compram, trocam, pois entre o interessado e o vendedor, qualquer negócio é realizado. Carlos Augusto um dos vendedores de discos, revelou-nos que prefere trocar discos a vender, pois ‘na troca eu ganho e ainda fico com a gravação’”.<sup>9</sup>

Como podemos observar, as atividades empreendidas pelo comércio informal se inscrevem numa trajetória que envolve espaço e relação. Esse quadro nos ajuda a entender as dificuldades que o poder local enfrentava para a retirada do comércio ambulante do centro de Fortaleza:

Já o Sr. Gervásio Pegado afirmou que há muito os comerciantes vinham combatendo o comércio de calçada. Lutamos da maneira mais humana, porque eles alegam que vivem daquilo, mas agora vamos encarar o assunto com maior rigorosidade. [...] Na oportunidade alegou que na campanha o Prefeito encontrou dificuldades em dar prosseguimento à mencionada campanha, mas que desta vez a luta contra os camelôs será vitoriosa.<sup>10</sup>

A expectativa de “vitória”, evidenciada neste trecho, indica as fragilidades dos mecanismos até então utilizados para eliminar a prática do comércio ambulante. Talvez estejamos diante de uma espécie de “fraqueza secreta” que habita o interior do “gosto pela violência”, como bem nos lembra Certeau (1995),

<sup>8</sup> **Tribuna do Ceará**, 04 de novembro de 1969.

<sup>9</sup> **Tribuna do Ceará**, 04 de novembro de 1969.

<sup>10</sup> **Tribuna do Ceará**, 04 de novembro de 1969.

ou seja, em meio a práticas discursivas que procuram desqualificar o trabalho informal, as astúcias dos trabalhadores parecem ter falado mais forte!

Nessa direção, a “rigorosidade” da qual fala o vespertino se converte em práticas de perseguição violenta no interior do espaço urbano. A partir daí uma verdadeira operação de caça movimentava o cotidiano do centro da cidade para desespero dos trabalhadores ambulantes.

A necessidade de vigilância inscrevia as práticas de controle em locais específicos. A violência arranhava a paisagem do centro traçando contornos bem precisos nos locais mais movimentados. Nesta medida, emergia dos suportes físicos uma geografia da violência.

A partir desta experiência os nomes das ruas soavam para além de uma referência espacial a indicar um ponto específico da cidade. A toponímia adquiriu tons que expressavam conflitos em potencial. A historiadora Marta Emília Barbosa (1999), ao sugerir como possibilidade de análise uma geografia da coação, nos ajuda a enveredar pelas tramas que envolvem a rua:

É possível sugerir uma história que aponte uma certa geografia da coação ligada aos nomes: nomes de rua e indivíduos cercados por acontecimentos que os uniram. As ruas não são apenas vias públicas para a circulação urbana e nem os indivíduos são simples passantes. A espacialidade tecida por essa relação entre indivíduos e ruas se faz pelas ações desviantes e por uma contrapartida, os artifícios de coação (BARBOSA, 1999, p. 160).

Nesse sentido, é emblemático o entorno da Praça do Ferreira que dava suporte ao fluxo intenso de pessoas. O traçado que encobria os seus limites foi se configurando em área de controle e vigilância:

O Prefeito Milton Pinheiro concedeu mais 10 (dez) dias de prazo aos ambulantes que infestam o centro da cidade, especialmente as ruas G. Rocha e Liberato Barroso, para que saiam de seus pontos antes que medidas drásticas sejam tomadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.<sup>11</sup>

Anteriormente, outro vespertino havia listado os locais suscetíveis de intervenções de órgãos ligados à Prefeitura ao divulgar uma decisão da Secretaria de Saúde e Assistência de retirar do centro da cidade os vendedores de carne, vísceras, peixes e gêneros alimentícios. A operação, segundo o jornal, envolveria os fiscais da Secretaria Municipal de Saúde e praças da Polícia Militar. Em seguida, eram anunciados os locais de intervenções:

<sup>11</sup> *Gazeta de Notícias*, 02 de setembro de 1969.

Os locais, inicialmente visitados, serão:

1. Praça dos Voluntários
2. Praça da Sé
3. Av. Alberto Nepomuceno
4. Praça José de Alencar
5. Rua General Sampaio
6. Rua Gov. Sampaio até a Travessa Crato
7. Visc. do Rio Branco- Meton de Alencar.<sup>12</sup>

Posteriormente, o mesmo jornal se refere às arbitrariedades cometidas pelos guardas do rapa contra os peixeiros, ou os suspeitos de comerciarem peixes, nas localidades situadas exatamente nas zonas já citadas:

Quem adquirir uma corda de peixe, no Mucuripe, e se morar num dos bairros, cujos ônibus estacionem na praça José de Alencar, está sujeito a ficar sem o jantar, pois os guardas julgando que o cidadão possa ser um pobre peixeiro tomam-lhe a corda de peixe. Quem duvidar do que afirmamos, dê uma voltinha pelas ruas São Paulo e General Sampaio e com certeza haverá de constatar a afirmação.<sup>13</sup>

A decisão de retirar do centro da cidade os “vendedores de carne, vísceras, peixes e gêneros alimentícios” havia sido anunciada no ano anterior. Tal situação sugere que a “subversão” dos trabalhadores se manteve como parte integrante de uma trajetória para permanecer numa localidade onde a violência se intensificava. As ruas “não são apenas vias públicas”, como indica Barbosa (1999), sendo importante considerar a tessitura dos significados que emergem das lidas diárias com a rua.

O mesmo artigo que se refere à arbitrariedade cometida contra os peixeiros nos fornece pistas para percebermos artifícios de sobrevivência:

Por outro lado, os guardas do “rapa” se postam na rua São Paulo, entre General Sampaio e Senador Pompeu, à espera dos vendedores de peixe. Quando estes aparecem, eles tentam se apoderar do produto surgindo daí confusão. Os peixeiros correm rua abaixo, a fim de salvar suas cordas de peixe, entram em alguns prédios daquela artéria, com os guardas invadindo os recintos, onde fazem apreensão.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> *Tribuna do Ceará*, 26 de fevereiro de 1969.

<sup>13</sup> *Tribuna do Ceará*, 21 de dezembro de 1970.

<sup>14</sup> *Tribuna do Ceará*, 21 de dezembro de 1970.

Sobreviver à violência é, sobretudo estabelecer com a rua uma relação de familiaridade, de reconhecimento dos possíveis que habitam os lugares. Nessa dimensão iam se configurando os pontos de refúgio, quando os deslocamentos dos passos seguiam uma trajetória diversa daquela da venda de produtos. Trata-se das maneiras de “escapar”, ou seja, um outro elemento que contorna o cotidiano de trabalho dos vendedores ambulantes no centro da cidade. Ir por aqui ou por ali é um artifício de deslocamento que se entrecruza numa direção: a necessidade de sobrevivência, sobreviver das vendas de produtos e/ou sobreviver à violência da polícia.

A intensificação da violência era sublinhada como uma verdadeira guerra contra o comércio ambulante:

A polícia e a prefeitura declaram guerra ao comércio ambulante que abusava nas nossas principais artérias e logradouros. A fiscalização contra os camelôs vem sendo feita sem tréguas. Merece realmente elogios a decisão das autoridades em não permitir o comércio ambulante nas calçadas, pois, ninguém podia mais andar pelas ruas devido aos vendedores que colocavam suas mercadorias prejudicando o tráfego de pedestres.<sup>15</sup>

A mesma matéria prossegue relatando os episódios que se deram na Praça José de Alencar, no momento em que a polícia fazia apreensão de mercadorias expostas sobre a calçada dos prédios da Rua General Sampaio:

Os policiais se faziam acompanhar por civis e acumulavam os produtos apreensionados, num jipe da Secretaria Municipal de Saúde. Notamos a revolta por parte dos vendedores ambulantes, que por um lado eles têm razão em condenar a represália. Desta página fizemos várias denúncias contra o referido comércio. Entretanto, somos contra a ação policial praticada para proibir o comércio ambulante, pois, a proibição é correta, é elogiável, é uma necessidade, porém somos contra a apreensão de mercadorias, principalmente de crianças que vendem bombons, cigarros, etc. Que a polícia proíba, concordamos, mas fazendo apreensões, discordamos.<sup>16</sup>

A mesma matéria possibilita, ainda, perceber as formas de convívio dos trabalhadores com a violência. A visibilidade da violência praticada a céu aberto inscrevia outras tramas quando os trabalhadores convertiam a situação desfavorável em sensibilização pública.

<sup>15</sup> *Tribuna do Ceará*, 07 de março de 1969.

<sup>16</sup> *Tribuna do Ceará*, 07 de março de 1969.

Em trajetos silenciosos os trabalhadores dimensionavam os seus passos rumo a “outros possíveis”, com o intuito de sobreviver à violência. Deslocavam-se assim em direção à Câmara Municipal de Fortaleza: “O vereador José Flávio solicita inscrição para falar no expediente da sessão de amanhã, a respeito do problema dos vendedores ambulantes, bem como a respeito de como vêm se conduzindo alguns elementos da Guarda Municipal de Fortaleza”.<sup>17</sup>

Na sessão do dia seguinte o referido vereador mencionava o comportamento de alguns elementos da Guarda Municipal de Fortaleza e a tomada de mercadorias dos vendedores ambulantes. Em seguida, dirigia um apelo “ao chefe da edilidade no sentido de que o mesmo receba em seu gabinete, as comissões que ali comparecem para tratar do assunto acima referido”.<sup>18</sup>

Como podemos perceber, um movimento inverso ia se constituindo a partir da violência praticada contra os vendedores ambulantes. Em outubro de 1968, um vereador narra numa sessão da Câmara Municipal o episódio que ocorrera com um outro vereador colega seu, na Praça do Ferreira. Segundo a narrativa, um atrito havia se desenrolado quando o vereador “procurava libertar da violência dos guardas, um menor vendedor ambulante”. O autor da denúncia prosseguiu solicitando “providências da Mesa Diretora, tendo em vista, [sic] um dos guardas pediu o seu nome para levar certamente ao conhecimento do Comando da Guarda Municipal”.<sup>19</sup>

É possível perceber assim os ecos da solidariedade aos trabalhadores ambulantes no interior da via institucional. O fato é que onde habitava a violência iam se inserindo outras possibilidades mediadas pela aproximação com aqueles que viviam dentro ou fora de seu universo. Nessa medida articulava-se a permanência no centro da cidade. O impacto das agressões praticadas contra os trabalhadores ambulantes é bem sugestivo nesse sentido, pois além de atrair alguns transeuntes que tinham o contato direto com tais situações, produzia uma atmosfera de sensibilidade na Câmara Municipal de Fortaleza.

Nesse clima de tensão é possível perceber que uma “tática discursiva” também se constituía como resultado das tensões ocorridas a céu aberto: “Defendemo-nos como podemos procurando ganhar qualquer coisa por aí, percorrendo as ruas. Melhor sermos camelôs do que ladrões, não acham? –

<sup>17</sup> Câmara Municipal de Fortaleza, Atas da Sessão Ordinária, 26 de setembro de 1968.

<sup>18</sup> Câmara Municipal de Fortaleza, Atas da Sessão Ordinária, 27 de setembro de 1968.

<sup>19</sup> Câmara Municipal de Fortaleza, Atas da Sessão Ordinária, 14 de outubro de 1968.

dizem eles quando procuram as redações reclamando que o rapa se apoderou de seus pertences”.<sup>20</sup>

Ao mesmo tempo é possível sugerir que no interior dessa fala há o reconhecimento de que ocupam o espaço urbano na condição de trabalhadores, sendo legítimo ocupar a rua tida como espaço de sobrevivência; ou seja, o que está em jogo é o direito ao trabalho.

A visibilidade da violência inscreveu, portanto, efeitos inesperados e, em vez de intimidar suas vítimas, contribuiu para a elaboração de novas tramas. A partir daí, foram se forjando os espaços onde os acontecimentos iam ligando os indivíduos numa intensa rede de aproximação:

E o corre-corre vez por outra acontece, com homens, mulheres e crianças, às pressas arrumando as suas coisas e procurando se refugiar em casas comerciais, residenciais e repartições, na tentativa de fugir à perseguição dos guardas municipais, que em sua maior parte não são contemplativos.<sup>21</sup>

A necessidade de sobrevivência ia tecendo experiências comuns que giravam em torno dos enfrentamentos da violência e das arbitrariedades que vinham sendo praticadas. Lidar cotidianamente com essas questões se tornou um desafio que contribuía para tornar mais árdua a rotina de trabalho. Nesse sentido, parece que o clima de tensão colocava os trabalhadores ambulantes numa atmosfera de apreensão constante, alimentada pelas possibilidades de a violência acontecer.

A atmosfera de aflições parece ter invertido o rumo das coisas e colocado em cena a visibilidade de um universo de pessoas comuns, ao passo que o clima de constrangimentos ia se deslocando em direção a quem praticava a violência, o que recaía sobre os órgãos públicos envolvidos com a questão.

No período em questão, de acentuada restrição das liberdades políticas, já é sabido que a violência era uma prática corriqueira contra os suspeitos de subversão da ordem. No entanto, estamos diante de um outro tipo de subversão e de violência, praticadas a céu aberto e não nos porões fechados.

É possível que os trabalhadores tenham tirado “partido” de uma situação criada para desfavorecê-los. Nessa medida a tensão propagada pelos efeitos visuais da agressão física e a tomada das mercadorias se convertia em sensibilização aos transeuntes e constrangimento aos policiais. Constituíam-se, a partir daí, um ambiente favorável ao acesso desses trabalhadores às redações

<sup>20</sup> *Correio do Ceará*, 08 de março de 1968.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

de jornais, à Câmara Municipal de Fortaleza, ao Gabinete da Prefeitura, ou seja, aos circuitos fechados do poder local. No terreno da visibilidade iam, portanto, se inscrevendo os instrumentos de pressão junto aos órgãos públicos que tentavam eliminar do espaço urbano o comércio informal. Esta modalidade de ação é bastante diversa em relação aos feirantes.

Em abril de 1969, quando era comemorado o aniversário de cinco anos do golpe militar, o jornal **Tribuna do Ceará** dava vivas à gestão do prefeito municipal destacando o aspecto “revolucionário” de sua gestão:

Coincidentemente, quando se comemoram cinco anos de vigência da Revolução que imprimiu ao Brasil um novo sistema de vida – na política, na administração, no trabalho e no comportamento dos homens públicos – completa o Prefeito José Walter Cavalcante o seu segundo ano de administração. E ninguém discorda de que, na área municipal, esses dois anos foram os mais revolucionários de quantos já experimentou esta Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Dois anos revolucionários dizemos bem, porque, sob a gestão do engenheiro e administrador experimentado que está a frente do governo municipal, a capital do Estado passou por transformações radicais em sua fisionomia de metrópole, porque revolucionários também foram os métodos adotados na administração que se libertou de praxes antigas e passou a encarar de frente, corajosamente, resolutamente, os mais difíceis problemas do município.<sup>22</sup>

Essa fala indica a atmosfera de expectativas de um regime “revolucionário” propício às mudanças, principalmente no que se refere à “fisionomia de metrópole” que se queria imprimir à cidade. Sob esta ótica, o regime tornaria possível a realização de mudanças que as administrações passadas não conseguiram alcançar e aqui podemos incluir as inúmeras tentativas de acabar com o comércio ambulante. É importante sublinhar que as mudanças de que fala o jornal se deram de forma pontual e a repressão contra o comércio ambulante indica que a violência constituía uma forma de lidar com a diversidade urbana.

Esse quadro, por outro lado, revela as fragilidades do chamado “milagre econômico” pautado no “desenvolvimento total” anunciado no período: “Dom Camilo diz que a revolução continua, porque ela está aí atuante, balançando o Brasil para o desenvolvimento total, para o aproveitamento de todas as suas energias”.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> **Tribuna do Ceará**, 01 de abril de 1969.

<sup>23</sup> **Tribuna do Ceará**, 31 de março de 1971.

Num contexto em que o “desenvolvimento total estava em jogo”, como explicar o aumento de vendedores ambulantes no centro da cidade? Quando estava em jogo também a possibilidade de sobrevivência no espaço urbano e as restritas oportunidades de trabalho, o que se revela é a inoperância da política desenvolvimentista em relação às camadas populares que adentravam a cidade para fugir das condições de precariedade do campo.

Segundo estudos realizados, nesse período a região metropolitana de Fortaleza recebeu 190.465 pessoas, sendo que 90,6% dirigiram-se à capital. Esse quadro evidencia o descaso com a população interiorana: “Independentemente de se considerar a atração exercida pela ‘Grande cidade’, este fato evidencia tanto a inexistência de funções e serviços diversificados nos municípios periféricos como a falta de condições de fixar população, das pequenas cidades interioranas”.<sup>24</sup>

Diante da ausência de condições para permanecer no campo, é na espacialidade urbana que se acenam as possibilidades de sobrevivência. Não por acaso, em nossas idas e vindas aos jornais, deparamo-nos com o Sr. José Alcides Rocha que, na Rua Senador Pompeu, “vindo do interior sem profissão definida, conseguiu algumas revistas já lidas para revendê-las ao lado do edifício do Clube do Advogado”.<sup>25</sup> Desta forma, o Sr. José se tornara um trabalhador por conta própria. Quantos “sem profissão” não teriam procurado ganhar a vida como o Sr. José, “inventando” meios de pôr à venda uma infinidade de artigos?

Os trabalhadores ambulantes revelam um aspecto da diversidade urbana. Acompanhar as experiências vivenciadas nos espaços entrecortados pela violência nos ajuda a perceber outras formas de ação num contexto de ditadura. Mesmo assim, esta experiência leva-nos a pensar a diversidade que move as necessidades de sobrevivência.

## PRINTED CITY: THE QUOTIDIAN OF FORTALEZA IN THE PRESS (1968-1970)

### ABSTRACT

*At the end of the 1960's and beginning of the 1970's, the city of Fortaleza had its urban physiognomy changed. The local press announced these changes as signs of “humanization” or modernization, and some daily practices have been said to be obstacles to the embellishment of the city. Based upon new urban equipments, located at specific points of Fortaleza, such*

<sup>24</sup> *Tribuna do Ceará*, 04 de novembro de 1969.

<sup>25</sup> *Tribuna do Ceará*, 04 de novembro de 1969.

*interventions promoted by the government triggered a network of conflicts related to the use of public spaces. This article analyzes the social conflicts which involved workers who sold goods on the streets of Fortaleza and their ways of living and challenging certain modes of administering a city in a context of military dictatorship.*

**KEY-WORDS:** *Fortaleza. Urbanization. Work.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. E. J. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XIX. In: FENELON, D. R. (Org.). **Cidades. 1. Pesquisa em História.** Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC-SP. São Paulo: Olho d'Água, 1999. (Série Pesquisa em História)

CASTRO, L. de. A Praça do Ferreira de 1968. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, v. 105, 1991.

CERTEAU, M. **A cultura no plural.** Campinas: Papirus, 1995.

GALENO, A. S. **A praça e o povo:** homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LEITÃO, J. **A Praça do Ferreira:** república do Ceará-Moleque. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002.

MAIA JÚNIOR, E. A. **Memórias de Luta.** Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário (Fortaleza, 1962-1969). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

MEYER, R. M. P. O papel da rua na urbanização paulistana. **Cadernos de História de São Paulo**, n. 2, p. 13-26, 1993.

SILVA FILHO, A. L. M. e. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: SOUZA, S. de; NEVES, F. de C. (Org.). **Fortaleza: história e cotidiano – comportamento.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p. 59-96.